

# DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 141

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 19 DE NOVEMBRO DE 2002

ANO XXVIII

## Mesa Diretora

**HERMAS BRANDÃO**

Presidente - PSDB

**ELIO RUSCH**

1º Vice-Presidente - PFL

**IRINEU COLOMBO**

2º Vice-Presidente - PT

**AUGUSTINHO ZUCCHI**

3º Vice-Presidente - PDT

**VALDIR ROSSONI**

1º Secretário - PTB

**ANTONIO ANIBELLI**

2º Secretário - PMDB

**CESAR SELEME**

3º Secretário - PPB

**EDNO GUIMARÃES**

4º Secretário - PSDB

**NELSON GARCIA**

5º Secretário - PFL

**ABIB MIGUEL**

Diretor Geral

## Lideranças

<i>Líder do Governo</i> .....	<i>Durval Amaral</i>
<i>Líder da Oposição</i> .....	<i>Waldyr Pugliesi</i>
<i>PTB</i> .....	<i>Carlos Simões</i>
<i>PFL</i> .....	<i>Plauto Miró Guimarães</i>
<i>PSDB</i> .....	<i>Ademar Luiz Traiano</i>
<i>PMDB</i> .....	<i>Nereu Moura</i>
<i>PPB</i> .....	<i>Tony Garcia</i>
<i>PT</i> .....	<i>Luciana Rafagnin</i>
<i>PDT</i> .....	<i>Luiz Carlos Zuk</i>
<i>PSL</i> .....	<i>Luiz Carlos Martins</i>
<i>PL</i> .....	<i>Pastor Edson Praczyk</i>
<i>PPS</i> .....	<i>Marcos Isfer</i>

## Representação Partidária

PMDB - 08: Ademir Bier - Antonio Anibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Ricardo Chab - Waldyr Pugliesi; PSDB - 08: Algaci Tulio - Ademar Traiano - Edno Guimarães - Hermas Brandão - Antonio Baratter - Nelson Tureck - Ricardo Maia - Sérgio Spada; PFL - 08: Basílio Zanusso - Cleiton Kielse - Divanir Braz Palma - Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Garcia - Plauto Miró Guimarães - Nelson Justus; PTB - 05: Carlos Simões - Hidekazu Takayama - Luiz Accorsi - Luiz Carlos Alborghetti - Valdir Rossoni; PDT - 06: Augustinho Zucchi - Eli Ghellere - José Maria Ferreira - Luiz Carlos Zuk - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; PPB - 06: Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia - Miltinho Pupio - Moysés Leônidas; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo - Luciana Rafagnin; PL - 03: Chico Noroeste - Pastor Edson Praczyk - Serafina Carrilho; PSL - 03: Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins - Antonio Carlos Belinati; PPS - 02: Cezar Silvestri - Marcos Isfer; PSC - 01: Fernando Guimarães.

**4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA  
14ª LEGISLATURA  
ATA DA 093ª Sessão ORDINÁRIA  
REALIZADA EM  
19 DE NOVEMBRO DE 2002**

(terça-feira)

Presidência do senhor deputado Hermas Brandão, secretariada pelos senhores deputados Cesar Seleme e Nelson Tureck.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Mesa Executiva: Hermas Brandão, Elio Rusch, Irineu Colombo, Augustinho Zucchi, Valdir Rossoni, Antonio Anibelli, Cesar Seleme, Edno Guimarães, Nelson Garcia; PSDB: Ademar Traiano, Algaci Tulio, Nelson Tureck, Ricardo Maia, Sérgio Spada; PT: Ângelo Vanhoni, Hermes Fonseca, Luciana Rafagnin; PSC: Fernando Guimarães; PMDB: Ademir Bier, Caíto Quintana, Edson Strapasson, Nereu Moura, Orlando Pesutti, Ricardo Chab, Waldyr Pugliesi; PSL: Antonio Carlos Belinati, Geraldo Cartário, Luiz Carlos Martins; PTB: Carlos Simões, Hidekazu Takayama, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti; PL: Chico Noroeste, Pastor Edson Praczyk, Serafina Carrilho; PFL: Basílio Zanusso, Cleiton Kielse, Divanir Braz Palma, Durval Amaral, Nelson Justus, Plauto Miró Guimarães; PPB: Duílio Genari, Fernando Ribas Carli, Miltinho Pupio, Moysés Leônidas, Tony Garcia; PDT: Antonio Baratter, Eli Ghellere, José Maria Ferreira, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Renato Gaúcho; PPS: Cezar Silvestri e Marcos Isfer (54).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

**SESSÃO.**

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

**EXPEDIENTE:**

**Requerimentos:**

REQUERIMENTO Nº 2504

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no dis-

posto pelo artigo 187, parágrafo 4º do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final para os projetos aprovados em 2ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente Sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 19.11.2002.

(a) NELSON TURECK

REQUERIMENTO Nº 2496

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, o arquivamento dos Projetos de Lei nºs 370/2002 e 418/2001, de minha autoria.

Sala das Sessões, em 19.11.2002.

(a) HERMAS BRANDÃO

REQUERIMENTO Nº 2497

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, o arquivamento do Projeto de Lei nº 554/99, que autoriza o Poder Executivo a reduzir o ICMS do álcool hidratado de 17% para 12%.

Sala das Sessões, em 19.11.2002.

(a) HERMS BRANDÃO

REQUERIMENTO Nº 2492

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, que seja reservado horário no Pequeno e Grande Expediente da Sessão Plenária do próximo dia 27 de novembro, para homenagear a 15ª Brigada de Infantaria Motorizada - 2º Grupamento de Fronteira e os oficiais que a comandaram, pelos 30 anos de criação e funcionamento no Oeste do Paraná.

Sala das Sessões, em 19.11.2002.

(a) HERMAS BRANDÃO

JUSTIFICATIVA:

A homenagem será feita pela Assembléia Legislativa no próximo dia 27 de novembro, em Sessão Solene no plenário, com a entrega de diplomas ao comandante e aos ex-comandantes. O comandante da 15ª Brigada de Infantaria Motorizada é o general de brigada José de Oliveira Sousa.

Pela ordem, são os seguintes comandantes que por lá passaram:

14 de maio de 1973 a 25 de abril de 1975: general de divisão Jofre Sampaio.

12 de maio de 1975 a 12 de maio de 1977: general de brigada Hélio Ibiapina Lima.

08 de junho de 1977 a 19 de janeiro de 1979: general de divisão Waldir Alves da Costa Muniz.

14 de fevereiro de 1979 a 28 de agosto de 1980: general de exército Hélio Pacheco.

19 de setembro de 1980 a 08 de janeiro de 1982: general de divisão Eduardo Cesar Lucena Barbosa.

16 de fevereiro de 1982 a 03 de maio de 1983: general de exército Waldir Eduardo Martins.

03 de maio de 1983 a 21 de março de 1985: general de divisão Ruperto Clodoaldo Pinto.

26 de abril de 1985 a 29 de agosto de 1986: general de divisão Rômulo Nunes Camargo.

29 de agosto de 1986 a 27 de abril de 1988: general de divisão Felipe Jorge da Silva.

04 de maio de 1988 a 15 de fevereiro de 1991: general de brigada João Cosenza.

30 de abril de 1991 a 06 de maio de 1993: general de divisão Nelson Borges Molinari.

06 de maio de 1993 a 29 de abril de 1994: general de divisão José Evandro Sombra.

29 de abril de 1994 a 21 de fevereiro de 1995: general de brigada Sylvio Heitor Alves Ramos.

05 de maio de 1995 a 28 de janeiro de 1997: general de divisão Gustavo Adolfo Castro Dutra de Menezes.

07 de maio de 1997 a 23 de fevereiro de 1999: general de divisão Zamir Meis Veloso.

23 de fevereiro de 1999 a 18 de dezembro de 2000: general de divisão Ubiratan Athayde Marcondes.

#### REQUERIMENTO Nº 2502

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, a realização de Sessão Solene em comemoração à Data Nacional da Consciência Negra e dos Trezentos e Sete Anos da Imortalidade de Zumbi dos Palmares em 10 de dezembro às 17:00 horas.

Sala das Sessões, em 19.11.2002.

(a) ORLANDO PESSUTI

#### REQUERIMENTO Nº 2498

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja registrado nos anais desta egrégia Casa de Leis, voto de profundo pesar à família Correa, pelo falecimento do senhor João Maria Correa, ocorrido no último dia 15 de novembro de 2002.

Do aprovado, Requer ainda, seja encaminhado cópia à família enlutada, no endereço: Rua Padre Fernando Zanchet, 2495 - Realeza-PR. CEP: 85.770-000.

Sala das Sessões, em 19.11.2002.

(a) AUGUSTINHO ZUCCHI

JUSTIFICATIVA:

O Sr. João Maria Correa faleceu aos 80 anos. Deixou esposa, Sra. Rosina Fogliatto Correa e filhos.

O Sr. João Maria Correa, foi prefeito no município de Realeza por duas gestões: 63 a 68 e 73 a 76.

Nossa homenagem a ele, pessoa muito querida no município de Realeza, onde por sua conduta e dedicação

deixa o exemplo de pai e esposo, a todos aqueles que tiveram a oportunidade de conhecê-lo.

#### REQUERIMENTO Nº 2499

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado o envio de votos de congratulações e aplausos, ao município de Mangueirinha em comemoração ao 56º aniversário, a ser comemorado em 21 de novembro de 2002.

Requer ainda, que do presente se dê ciência ao prefeito municipal de Mangueirinha, Sr. Miguel Carlos Rodrigues de Aguiar, parabenizando-o também pela brilhante administração, e à Câmara Municipal de Mangueirinha em nome de seu presidente, vereador Renato Smolek, no endereço: Prefeitura Municipal de Mangueirinha, Praça de Assis Reis, 64, CEP: 85.540-000 Mangueirinha-PR.

Sala das Sessões, em 19.11.2002.

(a) AUGUSTINHO ZUCCHI

JUSTIFICATIVA:

Mangueirinha fazia parte do Território Federal do Iguaçu, criado em 13 de setembro de 1943, o qual ao ser extinto, propiciou a emancipação política do antigo distrito.

O Decreto de Lei Estadual nº 533, de 21 de novembro de 1946, criou o município de Mangueirinha com território desmembrado do município de Clevelândia.

A instalação oficial deu-se no dia 30 de novembro de 1946.

#### REQUERIMENTO Nº 2500

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado o envio de votos de congratulações e aplausos ao município de Marmeleiro em comemoração ao 41º aniversário, a ser comemorado em 25 de novembro de 2002.

Requer ainda, que do presente se dê ciência ao prefeito municipal de Marmeleiro, Sr. Juvenal Ghetino, parabenizando-o também pela brilhante administração, no endereço: Prefeitura Municipal de Marmeleiro, Avenida Macali, 255, CEP: 85.615-000 - Marmeleiro-PR.

Sala das Sessões, em 19.11.2002.

(a) AUGUSTINHO ZUCCHI

JUSTIFICATIVA:

Em 1949, já surgia um povoado na área da empresa Dambrós, que oferecia grandes facilidades a quem quisesse se instalar no núcleo, fornecendo madeiras para a construção das casas e cedendo terrenos, com a condição de que ali fixassem residência.

Marmeleiro foi elevado à categoria de município de 25 de julho de 1960 pela Lei nº 4.245, sendo que a instalação se deu a 25 de novembro de 1961, com a posse do primeiro prefeito, o Sr. Assis Gabriel Bandeira.

E é por este motivo, que nesta data o deputado Augustinho Zucchi, congratula-se com a administração municipal, bem como, como toda a população marmeleirense, comemorando os 51 anos de aniversário deste importante município do Sudoeste paranaense.

#### REQUERIMENTO Nº 2501

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado o envio de votos de congratulações e aplausos, ao município de Dois Vizinhos em comemoração ao 41º aniversário, a ser comemorado em 28 de novembro de 2002.

Requer ainda, que do presente se dê ciência ao prefeito municipal de Dois Vizinhos, Pe. Lessir Canan Bortuli, parabenizando-o também pela brilhante administração, no endereço: Prefeitura Municipal de Dois Vizinhos, Avenida Rio Grande do Sul, 130 - CEP: 85.590-000 - Dois Vizinhos-PR.

Sala das Sessões, em 19.11.2002.

(a) AUGUSTINHO ZUCCHI

JUSTIFICATIVA:

Pela Lei Estadual nº 4245, de 25 de julho de 1960, sancionada pelo governador Moysés Lupion, foi criado o município de Dois Vizinhos, com território desmembrado do município de Pato Branco. A instalação oficial deu-se no dia 28 de novembro de 1961.

E é por este motivo, que nesta data o deputado Augustinho Zucchi, congratula-se com a administração municipal, bem como, como toda a população duovizinhense, comemorando os 41 anos de aniversário deste importante município do Sudoeste paranaense.

#### REQUERIMENTO Nº 2503

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrado nos anais da Sessão de hoje, voto de congratulações ao município de Ivaiporã-PR, alusivos aos seus 41 anos de emancipação política, que acontece hoje, dia 19 de novembro.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao prefeito, Pedro Wilson Papin, e ao presidente da Câmara Municipal de Vereadores, Benedito Vieira da Silva, através de correspondência a ser encaminhada à Praça dos Três Poderes, 500 - CEP: 86870-000 - Ivaiporã-PR.

Sala das Sessões, em 19.11.2002.

(a) ORLANDO PESSUTI

#### REQUERIMENTO Nº 2490

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, que seja enviada correspondência ao Exmo. Sr. Luiz Carlos Sobânia, secretário de Estado da Saúde, solicitando credenciamento do Serviço de Cardiologia e

Cirurgia Hemodinâmica, para a Central Hospitalar de Campo Mourão, objetivando atender demanda na área da 11ª Regional de Saúde, localizada no município de Campo Mourão-PR, colocando este importante e vital atendimento ao alcance da população dos 25 (vinte e cinco) municípios da Comcam.

Sala das Sessões, em 19.11.2002.

(a) NELSON TURECK

### Projetos de Lei:

#### PROJETO DE LEI Nº 714/2002

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Fundação Canal 21, com sede e foro no município de Cascavel.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19.11.2002.

(a) FERNANDO GUIMARÃES

JUSTIFICATIVA:

A Fundação Canal 21, com sede em Cascavel, de acordo com seus estatutos, tem por objetivo, entre outros, desenvolver e executar projetos nas áreas de assistência social, moral, cívica, comunicação social, cultura, cinema, esportes, saúde, meio ambiente, tecnologia, telecomunicações, transportes, turismo e lazer, visando o aperfeiçoamento da pessoa humana em geral, fundar, administrar e incentivar clínicas e organizações da área de saúde e educação, promover e estimular a investigação e pesquisas científicas nos campos e áreas de medicina, saúde, engenharia, química, física, reflorestamento, manejo dos recursos naturais e meio ambiente, informática, telecomunicações e eletricidade, visando a interação da pessoa humana com o universo, realizar convênios de assistência mútua com empresas que ainda não disponham de organização assistencial própria; conceder bolsas de estudos; doar livros e incentivar bibliotecas de acesso público; incentivar, fundar e/ou administrar creches, albergues e outras atividades de natureza social, educacional e cultural.

Conforme se observa da documentação apensa à presente proposição, a Instituição preenche os requisitos exigidos pela Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, e demais dispositivos aplicáveis à matéria, merecendo portanto o apoio dos nobres pares desta Casa à sua aprovação.

#### PROJETO DE LEI Nº 715/2002

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º - Ficam os veículos do tipo motociclo isentos do pagamento das taxas de pedágio para o corrente tráfego nas rodovias do Estado do Paraná.

Art. 2º - Os veículos de que trata o artigo 1º são: motocicletas, motonetas, vespas, ou quaisquer outros que se locomovem tão somente sobre duas rodas, independente de peso e cilindrada.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19.11.2002.

(a) MARCOS ISFER

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto enseja beneficiar a população do Estado do Paraná, sobretudo no que tange a facilitar o transporte de curta distância, visto que o referido meio veicular é o mais utilizado entre munícipes vizinhos que nada raro trabalham em cidade diversa daquela que residem.

E, certos de que o atual Governo do Paraná se utilizou, à época da outorga da concessão das rodovias paranaenses para a iniciativa privada, da justificativa de que o investimento oriundo desta se valia para a conservação do chamado anel de integração, torna-se notoriamente possível concluirmos que, em face do insignificante desgaste que os veículos tipo motociclo oferecem às pistas de rolamento, não há necessidade da cobrança de taxa de pedágio para os referidos veículos.

PROJETO DE LEI Nº 716/2002

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância - APMI, com sede e foro no município de Sarandi.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 19.11.2002.

(a) RICARDO MAIA

JUSTIFICATIVA:

A propositura em tela tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância - APMI, com sede e foro no município de Sarandi, entidade que tem por objetivo realizar o bem comum, realizando um trabalho voltado a pessoas carentes do município de Sarandi há 19 anos. Possui convênio que atende em média 100 idosos, e 1500 crianças nos centros de educação infantil e Lar da Criança Recanto do Amor (lar provisório à crianças encaminhadas pelo Ministério Público) além de apoiar projetos profissionalizantes e de geração de renda. São essas algumas realizações desta entidade sem fins lucrativos, fundada em junho de 1983, que realiza com sucesso, trabalhos inerentes às finalidades de sua criação.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres pares para a aprovação da presente proposição.

Daí as razões deste projeto.

PROJETO DE LEI Nº 717/2002

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Comunitária do Grupo Amaporã I, com sede e foro no município de Querência do Norte.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 19.11.2002.

(a) RICARDO MAIA

JUSTIFICATIVA:

A propositura em tela tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação Comunitária do Grupo Amaporã I, com sede e foro no município de Querência do Norte, entidade que tem por finalidade promover o desenvolvimento da vida comunitária da localidade. Também faz parte de suas metas proporcionar a melhoria do convívio entre os habitantes do lugar através da integração de seus moradores. Outra atividade importante é a de proporcionar aos seus associados e seus dependentes, atividades econômicas e desportivas. São essas algumas realizações desta entidade sem fins lucrativos, fundada em 22 de abril de 1986, que realiza com sucesso, trabalhos inerentes às finalidades de sua criação.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres pares para a aprovação da presente proposição.

Daí as razões deste projeto.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Não há horadores inscritos no Pequeno Expediente e nem no Grande Expediente.

No horário da Liderança do PDT, com a palavra o deputado Neivo Beraldin.

O SR. NEIVO BERARDIN

Senhor presidente, senhores deputados.

Subo à tribuna, mais uma vez, para, em rápidas palavras, fazer a saudação aos pensionistas do IPE, aqueles que estão ao longo do tempo lutando para receber os seus direitos, os seus precatórios alimentícios, precatórios esses esquecidos pelo governo Lerner. É bom e oportuno lembrar que não é a primeira vez que os injustiçados aqui comparecem para demonstrar aos deputados a sua angústia, e mesmo o seu desespero, em assistir o descaso do governo em relação à posição do Tribunal de Justiça. Sendo esses direitos adquiridos e conquistados através de ação judicial, evidentemente, é um direito consagrado pela justiça, e é um dever da autoridade constituída cumprir as decisões da Judiciário.

Era essa a minha manifestação.

Não poderia deixar de, neste momento em que recebemos a presença desta pessoas, muitas delas que tiveram o mesmo direito adquirido pela Justiça, já não se encontram entre nós, e, portanto, não puderam ter a satis-

fação de receber aquilo que lhes pertencia - como já disse anteriormente, porque haviam conquistado, na Justiça, os seus direitos reclamados.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Não há mais oradores inscritos no Horário das Lideranças.

O SR. ALGACI TULIO (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, na mesma linha em que se colocou o deputado Neivo Beraldin, faço também indagação à Mesa ainda em relação ao protocolo anterior da semana passada, com relação ao pedido de impeachment do governador do Estado.

Indago à Mesa se tem conhecimento de um novo protocolo colocado nesta Casa, ontem senhor presidente?

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Não, não tenho conhecimento; não chegou ainda para despacho desta Presidência.

O SR. ALGACI TULIO

Então, o faço, aqui, rapidamente. É o Protocolo 9409, datado do dia 18.11.2002, o abaixo assinado contendo 10.712 assinatura, que mais uma vez solicita o pedido de impeachment ao governador, encaminhado a V. Exa.

(**Lê**):

“Novo pedido de impeachment  
PROTOCOLO Nº 9409  
datado de 18.11.2002

Abaixo assinado contendo 10.712 Assinaturas  
O Povo do Paraná reclama contra Jaime Lerner.

Os abaixo assinados, todos brasileiros, residentes e domiciliados na cidade de Curitiba, região metropolitana e Estado do Paraná, (relação de nomes inclusa - contendo 10.712, entre estas a dos deputados federais José Genóino e Florisvoldo Fier), vêm mui respeitosamente à presença de V. Exa., requerer na forma do que abaixo expõem:

1 - Os requerentes tomaram conhecimento da existência de fatos jurídicos relevantes atinentes a procedimentos administrativos ilegais do governador Jaime Lerner.

2 - Por documentos hábeis comprobatórios demonstrados por credores do Estado do Paraná, viúvas, pensionistas, aposentados, idosos, doentes, que ganharam na justiça direitos constitucionais referentes à revisão e salários e pensões, que originou uma indenização, objeto de uma requisição monetária de valores, dirigidas ao governador do Paraná.

3 - A ordem judicial requisitando o pagamento das indenizações em favor das viúvas, pensionistas, aposentados, servidores públicos, encaminhada ao governador Jaime Lerner, não foi cumprida, pois que deixou de pagar os débitos determinados judicialmente.

4 - Entendem os requerentes que o governador Jaime Lerner, ao não cumprir com a ordem judicial, afronta a Constituição Federal e Estadual, que jurou solenemente, de público, fazer cumprir todas as leis desta Nação.

5 - Os requerentes dizem ainda que o governador Jaime Lerner, ao descumprir a ordem judicial, está cometendo um crime, pois que a ninguém é dado descumprir ordem judicial, muito menos autoridade constituída.

6 - O governador Jaime Lerner desrespeita o Poder Judiciário e suas autoridades constituídas, eis que a ordenação partiu do juiz, e como tal, não pode ser desobedecido.

7 - O governador Jaime Lerner, mantém por anos seguidos em flagrante delito de crime de desobediência judicial, e com isso, fere, espanca e agride os demais Poderes da Nação e do Estado.

8 - Ao desrespeitar ordem judicial, o governador Jaime Lerner, demonstra o seu menosprezo para com a Justiça, com o povo do Paraná, e principalmente com os credores judiciais, que são moralmente agredidos, em seus direitos de cidadania.

9 - O governador Jaime Lerner, não desconhece a lei e nem pode dizer que não sabia de suas obrigações de autoridade máxima estadual, e como tal deve dar o exemplo, sendo ele mesmo o primeiro no dever de fazer cumprir as determinações legais vigentes.

10 - O governador Jaime Lerner, deixa de pagar as viúvas, pensionistas, credores do Poder Público Estadual, para pagar requisições judiciais de agiotas compradores de direitos creditórios, mais uma vez dando prejuízos aos pobres e necessitados, cujas pessoas (grandes grupos econômicos, agiotas apadrinhados e apaniguados) e locupletam em detrimento aos necessitados e pobres credores do Estado do Paraná.

11 - O governador Jaime Lerner, é imoral, arbitrário, age com prepotência ao não cumprir com as leis estaduais e federais, e assim pratica crime de responsabilidade, que deve ser apurada por essa Casa Legislativa.

12 - Os requerentes fazem prova do acima alegado com documentos hábeis demonstrativos dos atos ilícitos, da parte do governador Jaime Lerner, que pela legislação vigente, deve o mesmo ser responsabilizado civil, administrativa e criminalmente.

13 - Esta Assembléia Legislativa representativa do povo paranaense e brasileiro, tem o dever moral de responsabilizar o governador Jaime Lerner, pela prática de atos ilegais, imorais e criminosos, já que, afronta o povo e os direitos dos cidadãos que ganharam na Justiça, tal reconhecimento.

14 - O governador Jaime Lerner não se preocupa com o direito judicial, pois de público ficou registrado pelas credoras em ato simbólico de cruces, centena de nomes de credoras falecidas, que não receberam seus direitos, porque o governador Jaime Lerner - não cum-

priu com o seu dever de cidadão administrador público e governador de Estado.

15 - Deve ser penalizado o governador Jaime Lerner, pelas injustiças cometidas, pelas arbitrariedades ocorridas, pelos delitos praticados contra as credoras judiciais, e contra a ordem legal constituída, pelo endividamento criminoso do Estado do Paraná.

16 - Isto post, requerem, os abaixo assinados, que essa augusta Casa de Leis determine pela abertura de procedimentos administrativo criminal investigatório do governador Jaime Lerner, diante da prova documental juntada, comprovante de seus inegáveis atos ilícitos, imorais, arbitrários, criminosos, e seja o referido cidadão Jaime Lerner, devidamente processado, responsabilizado, inclusive pelos prejuízos ocasionados ao Estado do Paraná e aos seus cidadãos, levado a indiciamento penal, afastado de seu cargo e impedido da continuidade do exercício do mesmo, por ser de direito e de justiça, dizendo ainda os requerentes, que a prova é documental.

17 - Requerem os abaixo assinados, sejam dados ao cidadão Jaime Lerner, os mesmos direitos que deu às viúvas e credores, do Estado do Paraná.

Pedem deferimento.

Curitiba, 18 de novembro de 2002.

(segue lista de nomes, registro geral e assinaturas em número de 10.712)."

Este é o Protocolo 9.409 datado de 19 de novembro de 2002.

Volto a dizer que não estou entrando no mérito da matéria, se deve ou não deve o governador ser cassado, se deve ou não deve ir para o impeachment, apenas faço o papel de legislador no sentido de ver cumprido o Regimento Interno da Casa.

(Lê):

"- O inciso VII, do artigo 88, da Constituição Estadual, diz que é crime de responsabilidade do governador, o não cumprimento das leis e das decisões judiciais.

- O artigo 89 da Constituição Estadual, textualmente diz que "admitida a acusação", por dois terços dos membros da Assembléia Legislativa, é submetido a processo-crime de responsabilidade.

- O inciso II, do parágrafo 1º, do artigo 89 da Constituição Estadual, diz que o governador será suspenso de suas funções, após instaurado o processo pela Assembléia.

- O artigo 19, da Lei Federal nº 1.079, de 10.04.1950, diz que será:

a) recebida a denúncia no protocolo;

b) lida no expediente da sessão seguinte;

c) formada uma comissão especial de deputados;

- Imposição legal, determinação expressa da Lei Federal nº 1.079/50, é que será lida no expediente da Sessão seguinte.

a) foi protocolado outro (segundo) pedido de impeachment do governador - Protocolo nº 9409, de 18 de novembro de 2002.

b) pedido esse contendo 10.712, assinaturas do povo paranaense, contra atos ilícitos denunciados do governador Jaime Lerner.

c) Tem que ser lido na presente Sessão - imposição legal (artigo 19, Lei Federal nº 1.079/50), para formação de comissão especial para opinar.

- O artigo 77 da Lei Federal nº 1.079/50 afirma que a comissão especial de deputados deve opinar pela procedência ou improcedência da denuncia administrativa, a qual será julgada por maioria absoluta dos deputados:

a) essa comissão especial é que deve ser formada de imediato;

b) a incumbência é a verificação da procedência ou não da denúncia dos requerentes.

- O artigo 242, do Regimento Interno, determina que, nos crimes de responsabilidade, obedecerá as disposições da legislação em vigor.

a) a disposições da legislação em vigor, é especificamente as contidas nos artigos 19, 20, 77, 78 e 79, da Lei Federal nº 1.079/50.

b) Esses ditames legais é que devem ser seguidos, respeitados e cumpridos pela presidência da Assembléia.

c) O uso de artifícios e atitudes estranhas à determinação legal, configura ato de protelação, procrastinação; é uma ilegalidade da parte da presidência da Assembléia.

b) A legislação específica ao trâmite do processo de impeachment, não permite esse tipo de burocracia administrativa interna para leitura em sessão.

- O pedido de impeachment apresentado por abaixo assinado de 10.712 nomes de cidadãos paranaenses, protocolado sob nº 9409, na data de 19 de novembro de 2002, por força da legislação federal, constitucional, tem que ser apresentado em plenário dessa Casa, na presente Sessão.

- Caso assim não o faça essa presidência, novamente estará obrando em desfavor do povo do Paraná, e dos que subscreveram o pedido protocolado.

- O que não se pode admitir é o ato protelatório, procrastinatório, ilegal da parte dessa Presidência, em novamente, impedir o cumprimento da lei.

- Caso persista essa Presidência na negativa de apresentação do pedido de impeachment na sessão, apresento recurso à Mesa, para que seja deliberada a minha proposição (apresentação impeachment) em plenário."

Neste sentido, senhor presidente, eu o indago mais uma vez, V. Exa. afirmou, antes da minha colocação, que não recebeu o Protocolo nº 9409. Portanto, faço a indagação: há algum conhecimento oficial desse protocolo?

Nós todos parlamentares, ao entrarmos aqui no plenário, recebemos cópia desse protocolo e parte desse pedido de impeachment. Consulto a Mesa, qual é o procedimento que V. Exa. fará em relação a esses dois protocolos dado entrada nesta Casa.

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Já tomamos uma posição anterior. O atual vice-presidente Elio Rusch no exercício da Presidência, tomou uma posição de encaminhar anteriormente ao procurador geral da Casa. Não posso ter definição, nobre deputado, sem chegar em minhas mãos os documentos pelos meios legais. O departamento de protocolo da Casa deve encaminhar à Presidência, com certeza na data de hoje. Esta Presidência, então, não recebeu ainda oficialmente a solicitação.

**O SR. NEREU MOURA (Pela Ordem)**

Senhor presidente, quero dizer que o governador Jaime Lerner já recebeu o impeachment, já recebeu cartão vermelho do povo do Paraná, e faltam apenas quarenta e dois dias para terminar o seu governo. Nós não podemos ficar aqui criando uma falsa expectativa na comunidade do Paraná, aos nossos aposentados, nas pessoas que foram injustiçadas no IPE. Faltam quarenta e dois dias para terminar este infeliz governo Jaime Lerner, que já recebeu o impeachment do povo do Estado, de forma, senhor presidente, que quando na semana passada o ilustre causídico apresentou aqui o protocolo, nós fizemos um esforço para que fosse lido, mas, raciocinando melhor agora, chegamos à conclusão de que não dará tempo de julgarmos, de fazermos o processo de abrir prazos como manda a legislação, e aí nós iríamos criar uma expectativa falsa na comunidade do Paraná, e não acho correto que seja realizado desta forma.

Por isso, quero dizer aos aposentados que aqui estão, que este assunto deverá ser tratado com o novo governo, que com certeza vai tratar com respeito aquelas pessoas que foram tratadas com injustiça e com falta de respeito pelo atual governo.

Desta forma, entendo o deputado Algaci Tulio, grande estudioso da matéria, deputado dedicado, deputado que cumpriu aqui nesta Casa, com muita honra, os mandatos que o povo lhe outorgou, mas não dá para fazer mais nada. Acho que temos que encaminhar esta questão ao novo governo, que vai tomar posse já a partir de janeiro do ano que vem.

Muito obrigado!

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Está encerrada a Hora do Expediente.  
Passa-se à

**ORDEM DO DIA,**

com a presença de 54 senhores deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do deputado Fernando Guimarães, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº 02 (dois) de autoria do deputado Ricardo Maia, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do deputado Marcos Isfer, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos senhores deputados.

**ITEM 01**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 158/2000, de autoria do deputado Fernando Ribas Carli, que autoriza o Poder Executivo a instalação de Centros de Formação de Condutores pelo Detran, para qualificação de condutores, gratuitamente. **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. PARECER CONTRÁRIO DA SP.**

Sobre o referido projeto, Emenda Modificativa de Plenário, de nº 01, de autoria do deputado Plauto Miró Guimarães, devidamente apoiada.

Emenda Supressiva de Plenário de nº 02, de autoria do deputado Nereu Moura, devidamente apoiada, ambas nos seguintes termos:

**EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO Nº 01  
AO PROJETO DE LEI Nº 158/2000**

O *caput* do artigo 1º passará a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º - Fica criado, através do Departamento Estadual de Trânsito, o Centro de Formação de Condutores, no âmbito do Estado do Paraná”.

Sala das Comissões, em 19.11.2002

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

Apoio:

Miltinho Pupio, José Maria Ferreira, Luiz Carlos Martins, Basílio Zanusso, Cesar Seleme, Fernando Ribas Carli.

**EMENDA SUPRESSIVA DE PLENÁRIO DE Nº 02**

Fica suprimido o artigo 3º do Projeto de Lei nº 158/2000.

Sala das Sessões, em 19.11.2002

(a) NEREU MOURA

Apoio:

Luiz Carlos Zuk, José Maria Ferreira, Pastor Edson Praczyk, Luciana Rafagnin, Renato Gaúcho.

**JUSTIFICATIVA:**

A emenda ora apresentada faz-se necessária em função de que os candidatos serão beneficiados com a isenção de pagamento das aulas práticas e teóricas que antecedem os exames do Detran, não justificando o que estabelece o artigo 3º que isenta os mesmos de todas as



tarifas públicas para a obtenção da Carteira Nacional de Trânsito, trazendo prejuízo aos cofres públicos.

**O projeto será encaminhado à CCJ.**

#### ITEM 02

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 629/2002, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 037/2002, que autoriza o Poder Executivo a efetuar cessão de uso, à Associação Franciscana de Educação ao Cidadão Especial, área no município de Curitiba utilizada pela Escola Estadual Maria Balbina Costa Dias, conforme especifica. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E COPTC. **Aprovado, artigo por artigo.**

#### ITEM 03

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 658/2002, de autoria do Poder Executivo- Mensagem nº 044/2002, que reestrutura, em caráter provisório, as carreiras da Polícia Científica, órgão da Secretaria de Estado da Segurança, da Justiça e da Cidadania. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF. E SP.

Sobre o referido projeto, Emenda Corretiva de Plenário de nº 01, de autoria do deputado Durval Amaral, devidamente apoiada, nos seguintes termos:

#### EMENDA CORRETIVA DE PLENÁRIO DE Nº 01 AO PROJETO DE LEI Nº 658/2002

A presente emenda tem por objetivo corrigir erro de remissão cometido no texto original dos artigos 2º, 5º e 6º da Mensagem Governamental nº 44/2002, para que

onde se lê:

“... a que se referem os artigos 89 e 92 da Lei Complementar 89, de 25 de julho de 2001”,

leia-se:

“... a que se referem o artigos 89 e 92 da Lei Complementar 14, de 26 de maio de 1982, com alterações posteriores em especial das Leis Complementares 46/86, 35/86 e 63/92, respectivamente”.

Sala das Comissões, em 19.11.2002

(a) DURVAL AMARAL

Apoiamento:

Moysés Leônidas, Antonio Carlos Belinati, Basílio Zanusso, Fernando Guimarães.

**O projeto será encaminhado à CCJ, para analisar a emenda.**

#### ITEM 04

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 666/2002, de autoria da deputada Luciana Rafagnin, que declara de Utilidade Pública a Associação Indigenista (Assindi) com sede e foro no município de Maringá. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 131/2002, de 28.10.2002).**

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 666/2002

P A R E C E R :

O presente projeto de lei de autoria da senhora deputada Luciana Rafagnin, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação Indigenista - Assindi - Maringá, com sede e foro no município de Maringá.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 12.11.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

#### ITEM 05

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 668/2002, de autoria do deputado Luiz Accorsi, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Maria Helena com sede no município de Maria Helena e foro no município de Umuarama. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 131/2002, de 28.10.2002)**

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 668/2002

P A R E C E R :

O presente projeto de lei de autoria da senhor deputado Luiz Accorsi, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Maria Helena, com sede no município de Maria Helena e foro no município de Umuarama.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 12.11.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

#### ITEM 06

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 669/2002, de autoria do deputado Cesar Seleme, que declara de Utilidade Pública Estadual, a Associação Paranaense dos Estudantes de Direito - APED, com sede e foro no município de Curitiba. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 131/2002, de 28.10.2002)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 669/2002

P A R E C E R :

O presente projeto de lei de autoria do senhor deputado Cesar Seleme, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação Paranaense dos Estudantes de Direito-APED, com sede e foro no município de Curitiba.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 12.11.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente  
DUÍLIO GENARI - Relator

**ITEM 07**

1ª DISCUSSÃO - dos Projeto de Lei nº 677/2002, de autoria do deputado Hermas Brandão, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Estudantes Universitários Tavoense, com sede e foro na cidade de Joaquim Távora. **COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado. (Publ. no DA nº 132/2002, de 29/10/2002).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 677/2002

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do senhor deputado Hermas Brandão, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação dos Estudantes Universitários Tavoense, com sede e foro no município de Joaquim Távora.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 12.11.2002.

(aa) DUÍLIO GENARI - Presidente em exercício  
CARLOS SIMÕES - Relator

**ITEM 08**

1ª DISCUSSÃO - dos Projeto de Lei nº 680/2002, de autoria do deputado Hermas Brandão, que declara de Utilidade Pública a Associação Lar da Criança Jesus Amigo, com sede e foro no município de Ribeirão Claro. **COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado. (Publ. no DA nº 132/2002, de 29/10/2002).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 680/2002

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do senhor deputado Hermas Brandão, tem por objetivo declarar de

Utilidade Pública a Associação Lar da Criança Jesus Amigo, com sede e foro no município de Ribeirão Claro.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 12.11.2002.

(aa) DUÍLIO GENARI - Presidente em exercício  
CARLOS SIMÕES - Relator

**ITEM 09**

1ª DISCUSSÃO - dos Projeto de Lei nº 681/2002, de autoria do deputado Moysés Leônidas, que declara de Utilidade Pública Estadual a Associação Londrinense de Ginástica Artística - Alga, com sede e foro na cidade de Londrina. **COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado. (Publ. no DA nº 133/2002, de 30/10/2002).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 681/2002

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do senhor deputado Moysés Leônidas, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação Londrinense de Ginástica Artística, com sede e foro no município de Londrina.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 12.11.2002.

(aa) DUÍLIO GENARI  
Presidente em exercício e relator

**ITEM 10**

1ª DISCUSSÃO - dos Projeto de Lei nº 685/2002, de autoria do deputado Luiz Carlos Martins, que declara de Utilidade Pública a Amalice - Associação Mara Lígia Cercal de Apoio aos Pacientes do Serviço de Transplante de Medula Óssea do Hospital de Clínicas com sede e foro nesta Capital. **COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado. (Publ. no DA nº 134/2002, de 04/11/2002).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 685/2002

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do senhor deputado Luiz Carlos Martins, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Amalice - Associação Maria Lígia Cercal de Apoio aos Pacientes do Serviço de Transplante

de Medula Óssea do Hospital das Clínicas, com sede e foro nesta Capital.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 12.11.2002.

(aa) DUÍLIO GENARI - Presidente em exercício

CARLOS SIMÕES - Relator

## ITEM 11

1ª DISCUSSÃO - dos Projeto de Lei nº 686/2002, de autoria do deputado Irineu Colombo, que altera o artigo 1º da Lei nº 13405, de 21 de dezembro de 2001. (Utilidade Pública o Núcleo Espírita Chico Xavier). COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 134/2002, de 04/11/2002).**

### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 686/2002

#### P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do senhor deputado Irineu Colombo, visa alterar o artigo 1º da Lei nº 13.405, de 21 de dezembro de 2001. (Declara de Utilidade Pública o Núcleo Espírita Chico Xavier).

Chamada esta Comissão de Constituição e Justiça se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 12.11.2002.

(aa) DUÍLIO GENARI - Presidente em exercício

CARLOS SIMÕES - Relator

#### O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sobre a mesa, Requerimento nº 2457, de autoria do deputado Plauto Miró Guimarães, constante do expediente de Sessão anterior. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2490 e 2504, de autoria do deputado Nelson Tureck, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2492 2496 e 2497, de autoria do deputado Hermas Brandão, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2498, a 2501, de autoria do deputado Augustinho Zucchi, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2502 e 2503, de autoria do deputado Orlando Pessuti, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

#### A SRA. LUCIANA RAFAGNIN (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, estamos ouvindo o deputado Algaci Tulio reivindicando que fosse lido o pedido de impeachment do governador Jaime Lerner e também

sabemos que é grande a expectativa das pessoas que estão à espera de que esse governador cumpra com a sua obrigação e o que é de direito dessas pessoas.

Gostaria, em nome do PT, de pedir a V.Exa. se não nesta Sessão, mas que no dia de amanhã fosse lido esse pedido de impeachment, presidente.

#### O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Quero informar a V. Exa. que nós vamos tomar o mesmo procedimento que foi tomado no pedido anterior: será encaminhado à Procuradoria Geral da Casa para dar o parecer e posteriormente faremos a leitura.

Quero informar que se nós lermos amanhã, com certeza, o julgamento desse impeachment será julgado na outra legislatura pelos prazos que o Regimento dá numa situação como essa.

#### A SRA. LUCIANA RAFAGNIN

Desculpe, senhor presidente, só que dá a entender, principalmente para as pessoas que aqui estão, que a Casa, de repente não esteja aceitando esse pedido e acredito que mesmo no seu trâmite legal, mas dado fazer a leitura desse documento, nada impede que depois tramite legalmente.

Aceitar e ler o documento na Casa, acredito que seria um gesto nobre aqui da Assembléia e estaríamos atendendo o pedido dessas pessoas que estão à espera de que seja julgado esse governo e esperamos também isso.

Muito obrigado, senhor presidente.

#### O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

O governo já foi julgado!

#### A SRA. LUCIANA RAFAGNIN

Só em partes.

#### O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Então, vamos ouvir a Procuradoria da Casa e posteriormente tomaremos as medidas.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 20, à hora regimental, com a seguinte

### ORDEM DO DIA:

#### EM VOTAÇÃO

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 564/2002.

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 180/2002.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 666, 669, 677, 680, 681, 685 e 686/2002.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 553, 567, 637, 670, 672, 675, 683, 684 e 689/2002.

Levanta-se a Sessão.